

Relatório de Monitoramento de **PROGRAMAS SOCIAIS**

Edição Nº 01 – abril de 2024

**Identificação e caracterização das famílias e
pessoas beneficiadas pelas cozinhas do
programa Ceará Sem Fome**

Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Sandra Maria Olimpio Machado – Secretária

Auler Gomes de Sousa – Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital

Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Raimundo Avilton Meneses Júnior - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

José Meneleu Neto

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Relatório Monitoramento de PROGRAMAS SOCIAIS

Edição Nº 01– Ano 24 – abril de 2024

Unidade Responsável:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Elaboração:

Jimmy Oliveira (Analista de Políticas Públicas)

Colaboração:

Raquel Sales (Assessora Técnica)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
www.ipece.ce.gov.br

Sobre o Relatório Monitoramento de PROGRAMAS SOCIAIS

A Série **Relatório Monitoramento de Programas Sociais** do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) constitui parte de um esforço de gestão da informação sobre os programas e políticas de desenvolvimento social no Estado do Ceará. A utilização dos resultados do monitoramento serve para melhorar o desempenho das políticas e assim tornar mais eficiente e eficaz a aplicação dos recursos públicos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2024
Relatório Monitoramento de PROGRAMAS SOCIAIS / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: IPECE, 2024

ISSN:

1. Economia Social. 2. Programas sociais. 3. Transparência 4. Aspectos Sociais. 5. Monitoramento. 6. Políticas Públicas. 7. Gestão Pública.

Nesta Edição

O presente relatório apresenta as características das famílias e das pessoas beneficiadas pelas cozinhas do programa Ceará Sem Fome identificadas no Cadastro Único para Benefícios Sociais do Governo Federal – CadÚnico. Foram identificadas 67.511 pessoas no Cadastro Único, que corresponde a 71% do total dos beneficiários.

A partir dos dados do Cadastro Único foi possível traçar o perfil socioeconômico dos beneficiários das cozinhas com relação as condições de moradia, rendimento familiar per capita, acesso as transferências do programa Bolsa Família, características demográficas e escolaridade dos adultos.

Com relação a renda declarada, sem incluir as transferências do Bolsa Família, constatou-se que 91,9% das famílias têm renda per capita de até ½ salário mínimo. Sendo que a grande maioria (79,5%) se encontra na situação de pobreza. Esse resultado mostra que a ação está focalizada nas famílias que mais precisam.

Em relação as características individuais dos beneficiários, percebe-se que a maioria (62,2%) é do sexo feminino, 89,1% se autodeclararam com pretos ou pardos e a maior parcela (66,7%) é considerada em idade ativa. Considerando apenas a população de 18 anos ou mais, observa-se um percentual elevado (22,2%) dos beneficiários com ensino médio completo, escolaridade compatível com as exigências do mercado de trabalho local, evidenciando a necessidade de realizar ações de qualificação profissional para este público.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Características das famílias e das pessoas beneficiadas pelas cozinhas identificadas no Cadastro Único para Benefícios Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

- Foram identificadas 67.511 pessoas no Cadastro Único, que corresponde a 71% do total dos beneficiários das cozinhas;
- Essas 67.551 pessoas pertencem a 38.931 famílias.

FAMÍLIAS

- Em mais da metade das famílias (56,3%) foi identificado apenas um beneficiário no CadÚnico;
- 91,4% das famílias está com o cadastro atualizado nos últimos 24 meses;
- 75,9% das famílias residem na zona urbana e 24,1% na zona rural;
- Entre as famílias beneficiadas, 444 são indígenas e 367 quilombolas;
- Com relação aos demais Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), 6.666 são famílias de agricultores familiares, 1.211 são famílias de catadores de materiais recicláveis e 164 de pescadores artesanais;
- Considerando a renda declarada, sem a inclusão das transferências do Bolsa Família, 79,5% das famílias são pobres, 12,5% são de baixa renda e 8,1% têm renda familiar per capita acima de ½ salário-mínimo;
- 80,7% das famílias das cozinhas recebem o Bolsa Família. Destas, 12% permanecem na pobreza mesmo recebendo as transferências do programa federal;
- Das famílias beneficiadas pelas cozinhas, 5,3% recebem o Cartão Ceará Sem Fome;
- Em números absolutos, são 2.055 famílias recebendo tanto as refeições quanto as transferências para a aquisição de alimentos.

PESSOAS

- Nas famílias que recebem ambos os benefícios, foram identificadas 5.271 pessoas no Cadastro Único, que corresponde a 7,8% do total de beneficiários;
- Das pessoas que recebem ambos os benefícios, 1.722 são titulares do Cartão Ceará Sem Fome e 3.549 são outros membros da família;
- A grande maioria dos beneficiários identificados é do sexo feminino, 62,2% dos beneficiários são mulheres e 37,8% são homens;

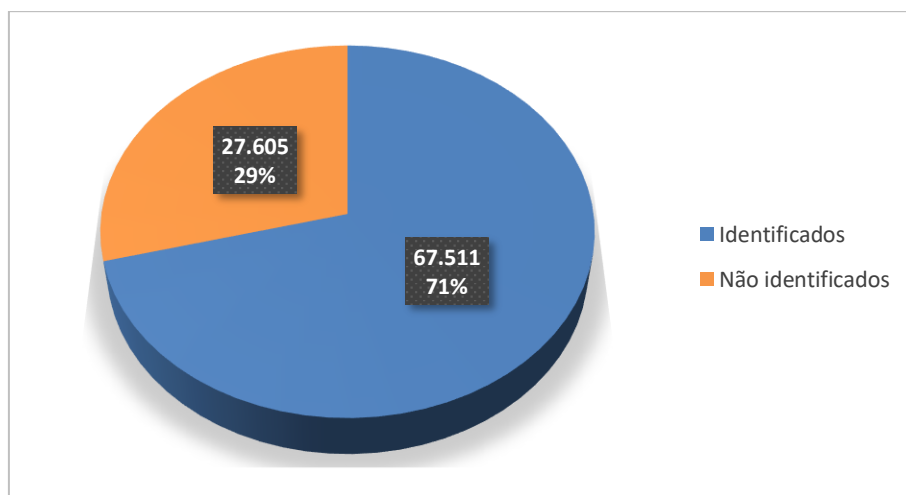
- Além disso, a maioria das mulheres (69%) são responsáveis familiar, enquanto a maioria dos homens são filhos do responsável familiar (51,8%).
- Somente 22,7% dos homens são os responsáveis familiar e 20,6% são companheiro ou cônjuge do responsável;
- A grande maioria (86,6%) das pessoas se autodeclararam pardas, seguida de 9,6% que se declararam brancas, 2,5% pretas, 1,1% indígenas e somente 0,3% amarelas.
- 26,4% dos beneficiários são crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, 66,7% são pessoas de 15 a 59 anos e 7% têm 60 anos ou mais;
- Há uma maior predominância de jovens de 20 a 29 anos na população adulta, sendo a maioria do sexo feminino;
- Os homens são maioria nas faixas etárias que agregam as pessoas de 0 a 19 anos, mas a partir da faixa etária dos 20 a 29 anos, a mulheres são maioria.
- A maioria das pessoas de 18 anos ou mais (38,2%) tem ensino fundamental incompleto, 16,6% têm ensino fundamental completo, 8,8% têm ensino médio incompleto, 21,5% têm ensino médio completo e apenas 0,7% têm ensino superior incompleto ou mais;
- 12,9% dos beneficiários não têm instrução formal;
- A elevada proporção de adultos com ensino médio completo mostra que elas têm escolaridade compatível com a maioria da população ocupada no Ceará;
- Não é possível identificar quantas estão ocupadas ou procurando emprego.

1. Identificação dos beneficiários das cozinhas do Programa Ceará Sem Fome

O presente relatório apresenta as características das famílias e das pessoas beneficiadas pelas cozinhas do Programa Ceará Sem Fome, identificadas pelo cruzamento da relação dos beneficiários com o Cadastro Único para Benefícios Sociais do Governo Federal – CadÚnico. A identificação foi realizada pelo cruzamento dos dois bancos de dados a partir do Número de Identificação Social (NIS) e do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). Após o cruzamento inicial, foram identificados 75.913 beneficiários dos 95.116 cadastrados.

Após uma checagem dos registros, foram identificados casos em que as pessoas cadastradas pelas Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPRs) não eram as mesmas do Cadastro Único devido a erros de digitação no NIS e/ou no CPF. Foi realizada então uma validação por meio da verificação do nome e da data de nascimento. Foram excluídas as duplicações, isto é, pessoas cadastradas mais de uma vez, mesmo que por unidades diferentes. Ao final deste processo, foram identificados 67.511 beneficiários, que corresponde a 71% do total, como mostra o Gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1: Percentual de beneficiários das cozinhas identificados no Cadastro Único – dezembro de 2023



Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

A partir dos dados do Cadastro Único foi possível traçar o perfil socioeconômico dos beneficiários das cozinhas com relação as condições de moradia, rendimento familiar *per capita*, acesso as transferências do programa Bolsa Família, características demográficas e escolaridade dos adultos. Além disso, foi realizado também um cruzamento com a relação dos beneficiários do Cartão Ceará Sem Fome para identificar quem recebe os dois benefícios.

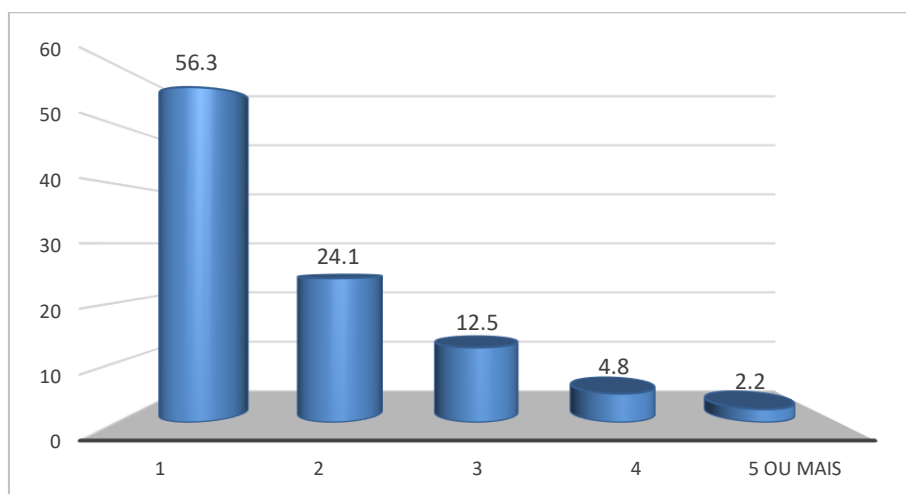
2. Características das Famílias

No Cadastro Único existe um código de identificação familiar que permite saber se as pessoas cadastradas são de uma mesma família. Por conseguinte, foi possível quantificar o número de famílias as quais pertencem os beneficiários das cozinhas e a quantidade de pessoas atendidas por família. Verificou-se então que os 67.551 beneficiários identificados pertencem a 38.931 famílias. No entanto, elas não correspondem ao total de pessoas no CadÚnico nessas famílias.

A diferença entre o número de pessoas no Cadastro Único e o total de beneficiários identificados pode ocorrer por dois motivos: 1) porque apenas uma ou apenas algumas pessoas de uma mesma família podem estar sendo beneficiadas pelas cozinhas; ou 2) porque outros beneficiários de uma mesma família podem estar entre os não identificados por causa de erro nos cadastros realizados pelas USPRs.

O Gráfico 2, a seguir, mostra o percentual de famílias de acordo com o número de beneficiários identificados. Como pode ser visto, em mais da metade das famílias (56,3%) foi identificado apenas uma pessoa. Observa-se também uma relação decrescente entre o percentual de famílias e o número de beneficiários identificados, com 24,1% das famílias com duas pessoas e apenas 2,2% com cinco ou mais.

Gráfico 2: Percentual de famílias pelo número de beneficiários identificados – Cadastro Único – dezembro de 2023



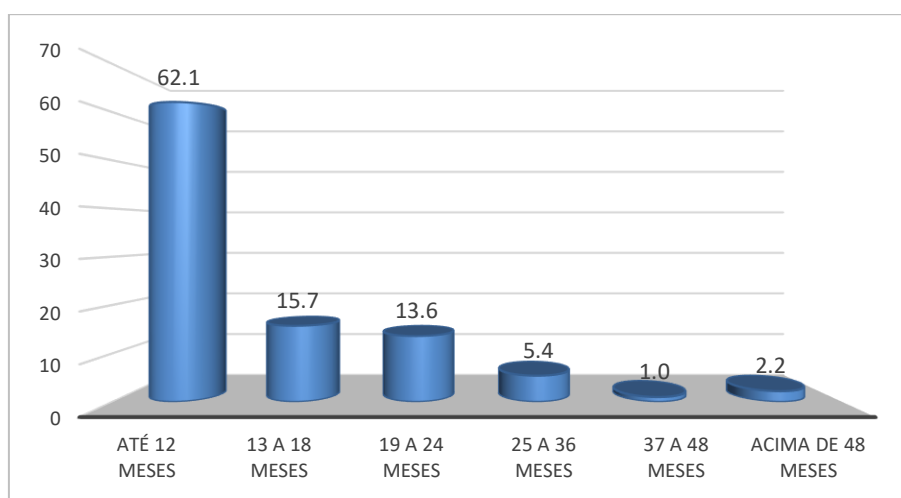
Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

Antes de apresentar as demais características, primeiro será observada a distribuição das famílias com relação ao número de meses em relação à última atualização cadastral. O CadÚnico é o instrumento para realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda e utilizado para o acesso e a integração de programas sociais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Mas, para que as informações cadastrais possam ser utilizadas para a seleção de beneficiários para programas sociais, as famílias devem atualizar ou revalidar as informações a cada dois anos (Decreto Nº 11.016, de 29 de março de 2022).

O Gráfico 3 apresenta o percentual de famílias segundo o intervalo de meses após a última atualização. Percebe-se que a grande maioria (62,1%) está com o cadastro atualizado nos últimos 12 meses, 15,7% estão com cadastro atualizado entre 13 e 18 meses e 13,6% entre 19 e 24 meses. Portanto, 91,4% das famílias estão com cadastro atualizado nos últimos 24 meses, que corresponde, em números absolutos, a 35.376 famílias. Por outro lado, há 3.355 famílias com cadastro desatualizado, que corresponde a 8,6% do total. Destas, 869 famílias, ou 2,2% do total, estão com 48 meses ou mais desde a última atualização.

Gráfico 3: Percentual de famílias pelo número de meses após a última atualização cadastral – Cadastro Único – dezembro de 2023



Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

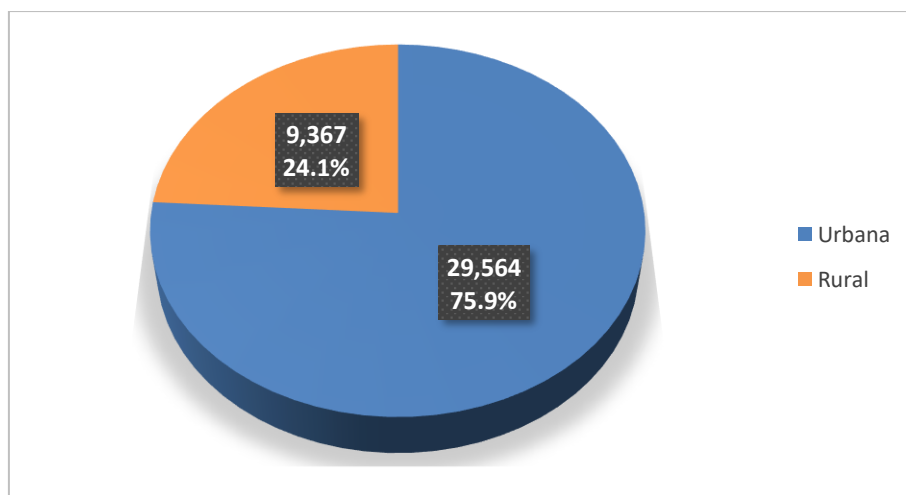
De acordo com a Portaria do Ministério da Cidadania Nº 810, de 14 de setembro de 2022, os municípios devem realizar a exclusão lógica dos cadastros quando a última atualização ocorreu há 48 meses ou mais. Diferentemente da exclusão física que apaga os registros definitivamente do banco de dados, a exclusão lógica marca o registro como excluído, mas ele permanece no Cadastro Único. Portanto, apesar da defasagem das informações desse

pequeno grupo de famílias, elas serão mantidas para identificação e caracterização socioeconômica dos beneficiários das cozinhas.

2.1 Condições de moradia e o acesso a serviços de saneamento básico

Em relação ao local de moradia, o Gráfico 4 mostra que 75,9% das famílias residem na zona urbana e 24,1% na zona rural. Quase metade mora na Região da Grande Fortaleza (48,5%). Em seguida vêm a Região do Cariri (11,1%), Sertão de Sobral (5,8%) e Sertão Central (5%). Esse resultado já era esperado dado que as regiões da Grande Fortaleza e do Cariri são as mais populosas. E os municípios com os maiores percentuais de famílias são: Fortaleza (32,8%), Caucaia (5,4%), Maracanaú (2,3%), Sobral (2%) e Juazeiro do Norte (1,9%).

Gráfico 4: Percentual de famílias segundo o local de moradia – Cadastro Único – dezembro de 2023



Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

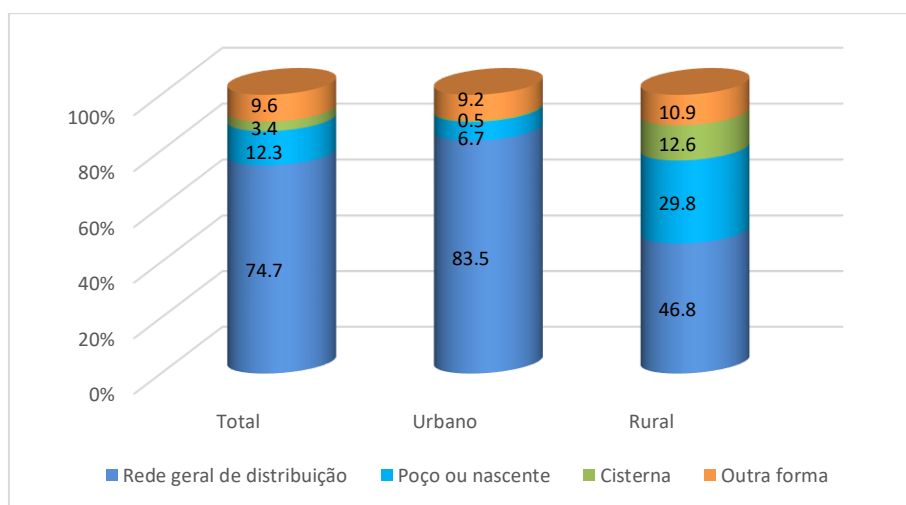
Além do local de moradia, os dados permitem a caracterização das condições de habitação e o acesso aos serviços públicos de infraestrutura domiciliar, mas somente dos domicílios particulares permanentes. Serão analisados o acesso aos serviços públicos de saneamento básico, como o acesso à rede geral de distribuição de água e à rede coletora de esgoto ou pluvial. Além de características do domicílio como a canalização interna da fonte de abastecimento de água e a existência de banheiro.

No Cadúnico, os domicílios são classificados em três tipos: a) particular permanente, composto por pelo menos um cômodo que constituem moradias permanentes, normalmente, tem acesso a serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica,

saneamento ou coleta de lixo; b) improvisado, espaço precariamente adaptado pela família para servir de moradia (prédios ou casas abandonados, construções, acampamentos em áreas rurais, ou em áreas públicas como barracas, tendas etc.); e c) coletivo, estabelecimento ou instituição que tem a relação entre seus habitantes restrita a normas de subordinação administrativa (abrigo, campings, hotéis, pensões, quartéis, postos militares, asilos, conventos, alojamento de trabalhadores etc.)

Praticamente, a quase totalidade das famílias (99,2%) reside em domicílios particulares permanentes. Há somente 203 famílias em domicílios improvisados e 90 em domicílios coletivos. Serão apresentadas a seguir os percentuais de domicílios particulares permanentes por acesso aos serviços públicos de saneamento básico. Os domicílios serão divididos por local de moradia em urbanos e rural. Essa distinção é importante porque o acesso a determinados serviços varia muito em função do local de moradia.

Gráfico 5: Percentual de famílias pelo tipo de abastecimento de água, segundo o local de moradia – Cadastro Único – dezembro de 2023



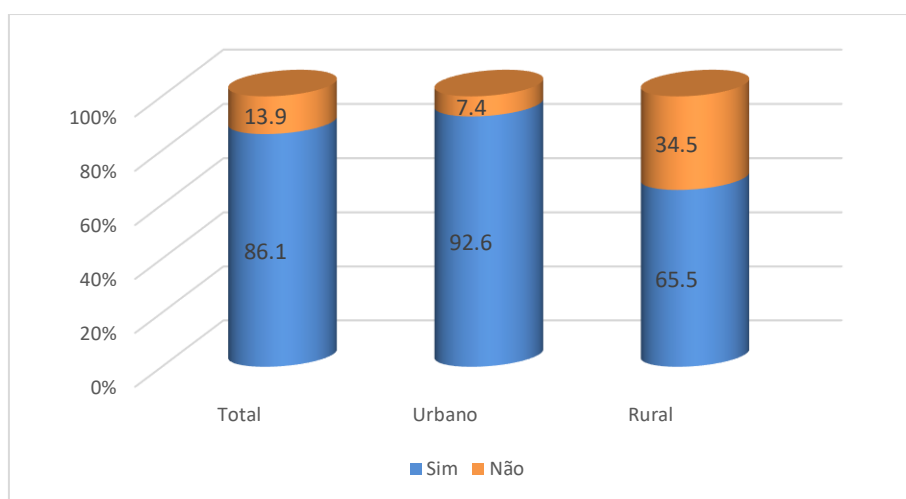
Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

O Gráfico 5 apresenta o percentual de domicílios por tipo de abastecimento de água. A grande maioria (74,7%) é abastecida pela rede geral de distribuição, que garante acesso à água tratada própria para o consumo humano. Mas, como pode ser notado, enquanto 83,5% dos domicílios urbanos têm acesso à rede geral, esse percentual é apenas 46,8% entre os domicílios rurais. Já na zona rural, observa-se um elevado percentual de domicílios nos quais as principais fontes de abastecimento de água são poço ou nascente (29,8%) ou cisterna (12,9%).

O percentual de domicílios com água canalizada para pelo menos um cômodo é apresentado no Gráfico 6. Embora seja elevado o percentual de domicílios com canalização interna (86,1%), verifica-se uma grande disparidade entre domicílios urbanos e rurais. Enquanto 92,6% das famílias urbanas moram em domicílio com água canalizada internamente, esse percentual é de 65,5% para as famílias rurais. O elevado percentual de famílias rurais com acesso à água de poço e nascente associado ao elevado percentual sem água canalizada para pelo menos um cômodo implica na necessidade de deslocamentos para captação de água para o consumo humano.

Gráfico 6: Percentual de famílias pela existência de canalização de água para pelo menos um cômodo, segundo o local de moradia – Cadastro Único – dezembro de 2023



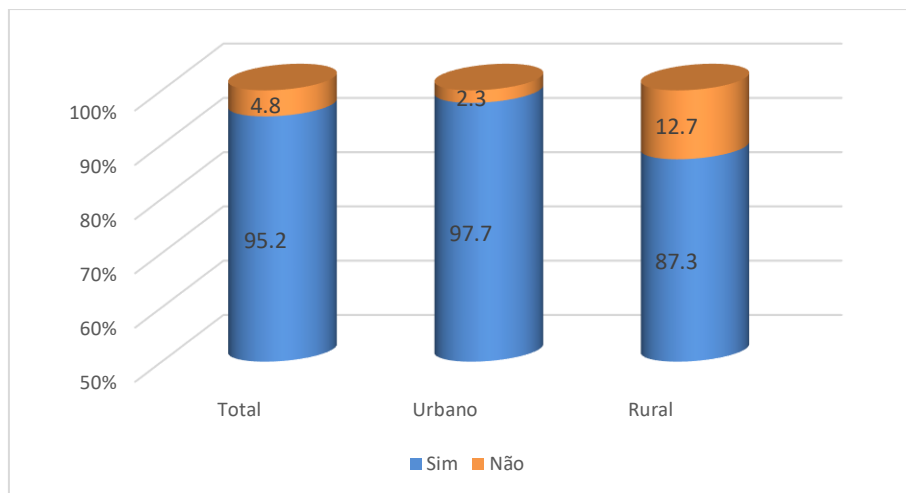
Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

Novamente, observa-se uma enorme disparidade no que se refere a existência de banheiro no domicílio ou na propriedade na qual o domicílio se localiza (Gráfico 7). Somente 4,8% do total de famílias moram em domicílio sem banheiro. No entanto, esse percentual é de apenas 2,3% na zona urbana, mas chega a 12,7% na zona rural. Em termos absolutos, 2.165 famílias na área urbana e 3.191 na área rural residem em domicílios sem banheiro.

A falta de banheiro no domicílio é um dos principais componentes para se mensurar pobreza multidimensional e é um dos critérios utilizados para seleção de famílias em extrema pobreza, com crianças na primeira infância, para o Cartão Mais Infância Ceará. A seguir serão apresentados os tipos de escoamento sanitário dos domicílios com banheiro.

Gráfico 7: Percentual de famílias pela existência de banheiro no domicílio ou na propriedade, segundo o local de moradia – Cadastro Único – dezembro de 2023

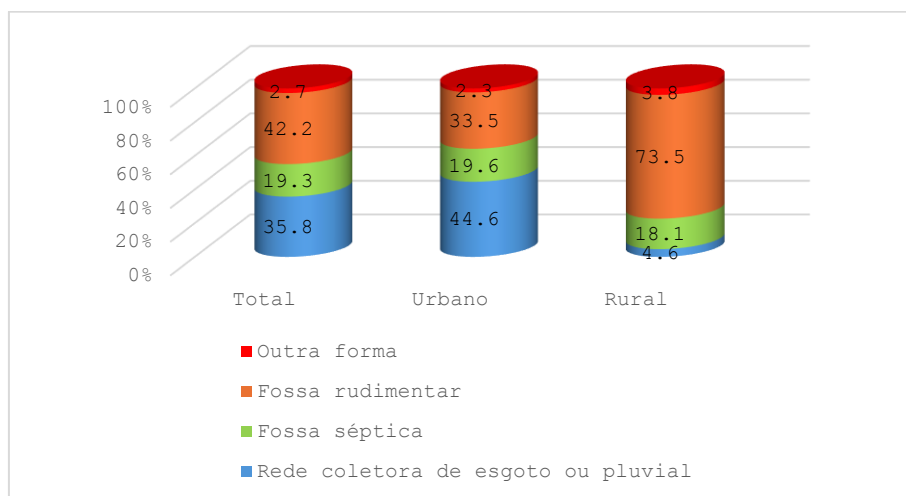


Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

A partir do Gráfico 8, pode-se observar que, do total de famílias em domicílios com banheiro, 35,8% tinham como fonte de escoamento a rede coletora ou pluvial. Esse é o principal tipo de escoamento nos domicílios da zona urbana (44,6%), seguidos da fossa rudimentar (33,5%) e fossa séptica (19,6%). Já na zona rural, a principal fonte de escoamento dos banheiros é majoritariamente a fossa rudimentar (73,5%). A fossa séptica é utilizada por 18,1% das famílias rurais com banheiro no domicílio ou propriedade.

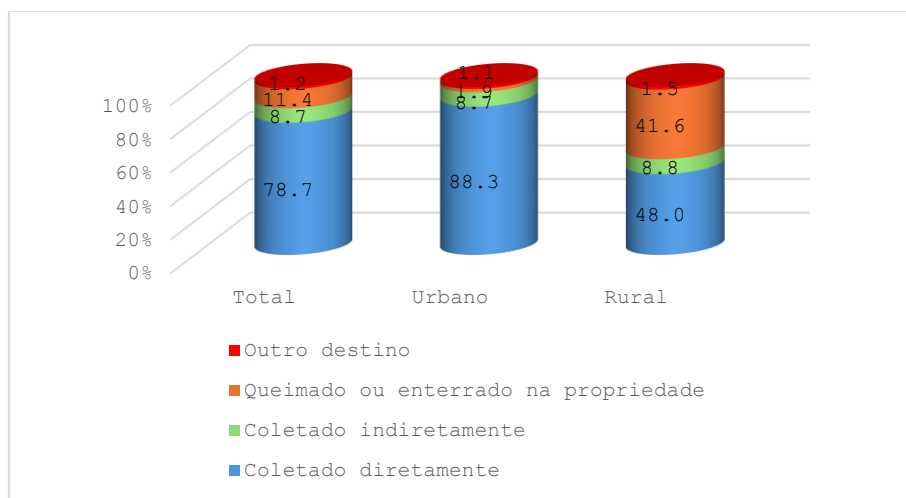
Gráfico 8: Percentual de famílias em domicílio com banheiro pelo tipo de escoamento sanitário, segundo o local de moradia – Cadastro Único – dezembro de 2023



Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

Gráfico 9: Percentual de famílias pelo tipo de destino do lixo do domicílio, segundo o local de moradia – Cadastro Único – dezembro de 2023



Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

Por fim, o Gráfico 9 mostra o percentual de famílias pelo tipo de destino do lixo do domicílio. Percebe-se que quase todas as famílias do meio urbano têm o lixo coletado por serviço de limpeza, seja coletado diretamente (88,3%) seja indiretamente (8,7%). Já no meio rural, chama a atenção o elevado percentual de famílias (41,6%) que queimam ou enterram o lixo na propriedade. Essa prática, pode resultar em danos para saúde humana e para o meio ambiente.

2.2 Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE)

Pelo Cadastro Único é possível identificar também se uma família faz parte de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE). De acordo com a definição, os GPTE são “grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares”. Fazem parte dos GPTE: indígenas, quilombolas, ciganos, extrativistas, pescadores artesanais, pertencentes a comunidades de terreiro, ribeirinhos, agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário, acampados, atingidos por empreendimentos de infraestrutura, famílias de preso do sistema carcerário, catadores de material reciclável.

Das 38.931 famílias com beneficiários identificados, 444 são indígenas e 367 quilombolas. Entre os demais grupos, 6.666 são famílias de agricultores familiares, 1.211 são famílias de catadores de materiais recicláveis e 164 de pescadores artesanais. Os demais grupos têm menos de 100 famílias cada. É preciso destacar que, embora classificados com GPTE, há

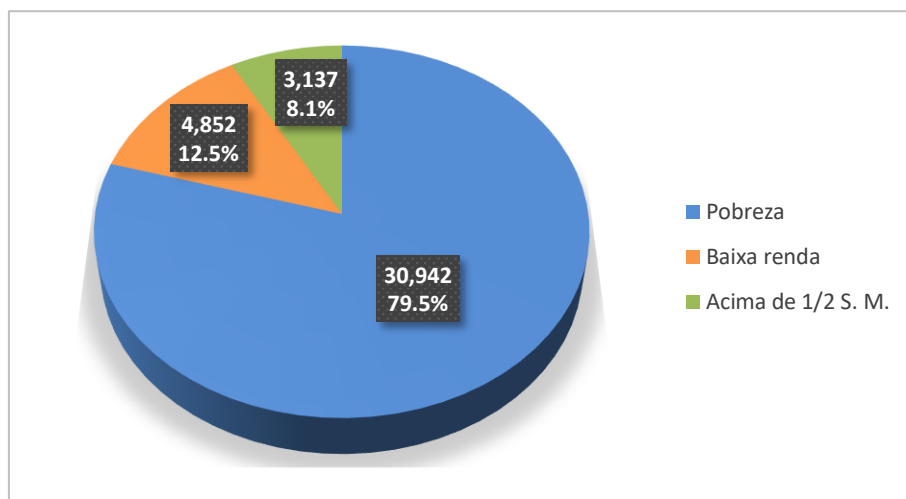
campos específicos no CadÚnico para famílias indígenas e quilombolas, enquanto os demais grupos são classificados dentro da mesma variável. Portanto, pode haver interseção entre os grupos como, por exemplo, uma família pode ser indígena e agricultora familiar ao mesmo tempo. Da mesma forma pode ser quilombola e pescadora artesanal.

2.3 Rendimento familiar *per capita* e benefícios sociais

Em relação a faixa de rendimento familiar *per capita* declarado no Cadastro Único, as famílias podem ser classificadas como: i) em situação de pobreza, com rendimento por pessoa de até R\$ 218 mensais; ii) baixa renda, com rendimento *per capita* acima de R\$ 218 até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; e iii) não pobre, com rendimento acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

De acordo com essa classificação, o Gráfico 10 mostra que 79,5% das famílias beneficiadas pelas cozinhas são pobres, 12,5% são consideradas de baixa renda e 8,1% têm renda familiar *per capita* acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e, portanto, são consideradas não pobres. Entre as não pobres, 30,3% estão com cadastrado desatualizado a mais de 24 meses.

Gráfico 10: Percentual de famílias segundo a faixa de rendimento familiar *per capita* declarada no Cadastro Único – dezembro de 2023



Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

A Tabela 1 mostra o percentual de famílias que recebem o Bolsa Família por faixa de rendimento familiar *per capita*. Têm direito a receber os benefícios do programa federal as famílias com rendimento mensal de até R\$ 218 por pessoa. Além disso, para ingressarem no programa, elas precisam estar com o cadastro atualizado nos últimos 24 meses e não haver inconsistências relacionadas a renda ou ao número de pessoas que compõem a família.

Percebe-se que a grande maioria (94,6%) das famílias que atendem ao critério de renda recebe o Bolsa Família. Das que não recebem, apenas 8% estão com cadastro desatualizado. As demais devem ter alguma inconsistência cadastral identificadas que deve ser o motivo para que não sejam beneficiadas. É possível observar que 44,5% das famílias de baixa renda também recebem, por causa da regra de proteção que permite que famílias com membros com emprego formal permaneçam no programa por até 24 meses recebendo 50% do valor do benefício, caso a renda familiar por pessoa não supere o valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Em relação ao total, 80,7% das famílias de beneficiários das cozinhas recebem o Bolsa Família.

Tabela 1: Famílias por faixa de rendimento familiar *per capita*, segundo recebimento do Bolsa Família – janeiro de 2024

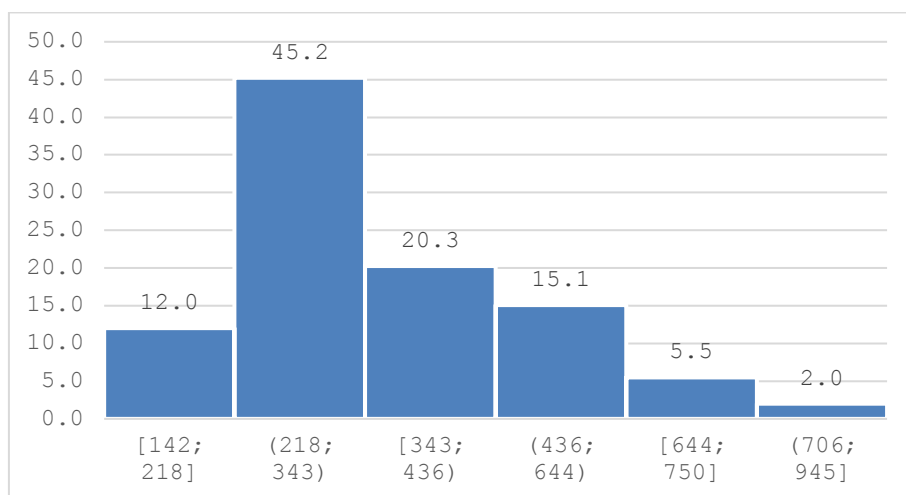
Faixa de renda familiar per capita	Recebe Bolsa Família				Total
	Sim	(%)	Não	(%)	
Até R\$ 218,00	29.263	94,6%	1.679	5,4%	30.942
De 218,01 até 1/2 S. M.	2.161	44,5%	2.691	55,5%	4.852
Acima de 1/2 S. M.	0	0,0%	3.137	100,0%	3.137
Total	31.424	80,7%	7.507	19,3%	38.931

Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Bolsa Família de janeiro de 2024.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

Cabe destacar que a renda acima é declarada no momento do cadastramento ou atualização do Cadastro Único e, portanto, não inclui as transferências do Bolsa Família. E que, embora sejam consideradas como baixa renda somente famílias com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário-mínimo, famílias com renda superior a este valor podem ser cadastradas desde que estejam vinculadas à seleção de programas sociais implementados por quaisquer das esferas de Governo. O programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, beneficia famílias em áreas urbanas com renda bruta familiar mensal de até R\$ 8 mil e famílias de áreas rurais com renda bruta anual de até R\$ 96 mil.

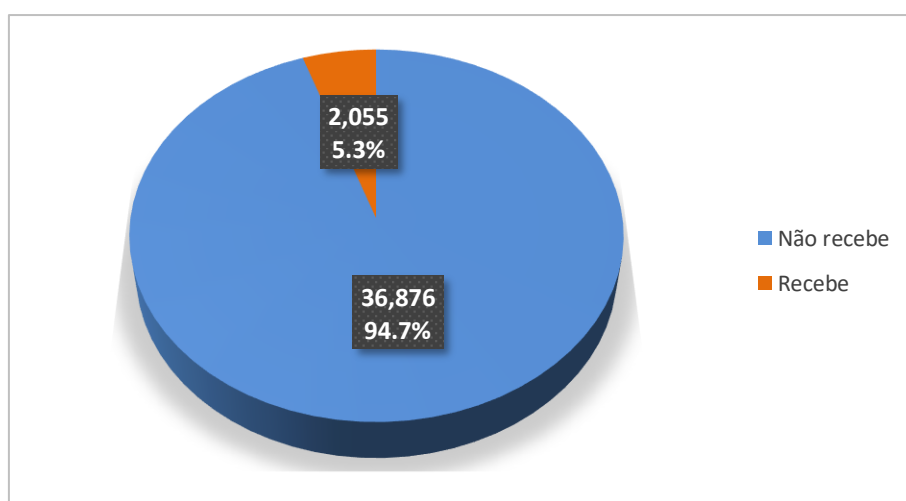
O Gráfico 11 apresenta o histograma do rendimento familiar *per capita* incluindo as transferências do Bolsa Família para os beneficiários do programa federal. Cada família recebe, no mínimo, R\$ 600 mensais. Como pode ser visto, o valor mínimo por pessoa é igual a R\$ 142, que corresponde ao valor do benefício de cidadania pago para cada membro da família. Famílias que têm em sua composição crianças, adolescentes, gestante ou nutrízes, recebem, além do benefício cidadania, outros benefícios variáveis.

Gráfico 11: Histograma do rendimento familiar *per capita* com Bolsa Família – janeiro de 2024

Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Bolsa Família de janeiro de 2024.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

A partir dos dados do Gráfico 11, constata-se que 12% das famílias beneficiadas pelas cozinhas permanecem na pobreza mesmo recebendo o Bolsa Família. Considerando as linhas de pobreza internacionais calculadas pelo Banco Mundial, 57,2% têm renda *per capita* inferior a R\$ 343 (US\$ 3,65/dia PPC 2017) e 92,5% têm rendimento por pessoa inferior R\$ 644 (US\$ 6,85/dia PPC 2017), que é considerada a linha de pobreza para países de renda média-alta, como é o caso do Brasil. Somente 2,0% das famílias têm renda com Bolsa Família superior a meio salário-mínimo por pessoa, que corresponde a 623 famílias.

Gráfico 12: Percentual de famílias beneficiadas pelas cozinhas que também recebem o Cartão Ceará Sem Fome – fevereiro de 2024

Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e IPECE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

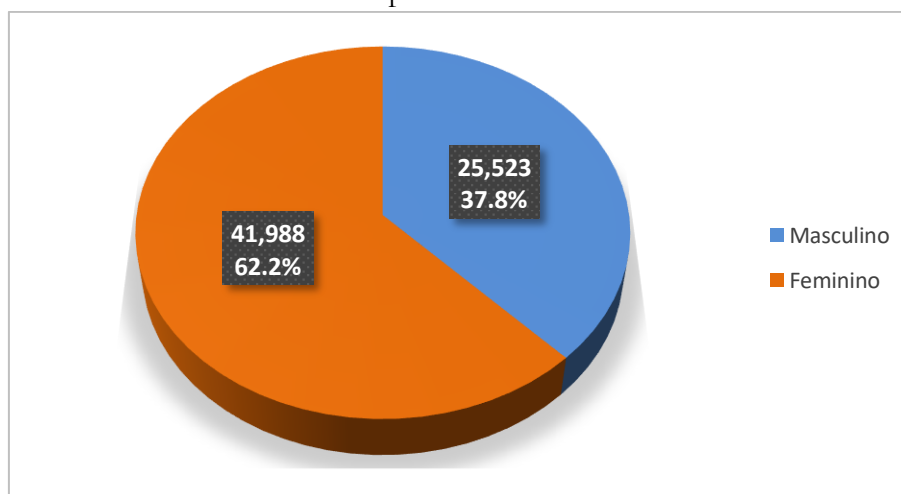
O Gráfico 12, acima, apresenta o número de famílias beneficiadas pelas cozinhas que também recebem o Cartão Ceará Sem Fome, no valor de R\$ 300 mensais por família. Observa-se que 5,3% das famílias das cozinhas recebem também o cartão. Em números absolutos, são 2.055 famílias recebendo tanto as refeições quanto as transferências para a aquisição de alimentos. Nessas famílias, foram identificadas 5.271 pessoas no Cadastro Único, que corresponde a 7,8% do total de beneficiários. Dos que recebem os dois benefícios, 1.722 são titulares do cartão e 3.549 são outros membros da família.

Na seção seguinte serão apresentadas as características das pessoas beneficiadas pelas cozinhas identificadas no Cadastro Único. Serão apresentadas características como a distribuição por sexo, faixa etária, raça ou cor e escolaridade dos adultos. Infelizmente, embora o Cadastro Único possua campos sobre trabalho nos últimos 12 meses, por causa da defasagem da informação e da subestimação da renda do trabalho informal, os dados não são confiáveis para analisar a inserção no mercado de trabalho dos beneficiários.

2. Características das Pessoas

O Gráfico 13 mostra a distribuição de pessoas por sexo. Observa-se que a grande maioria é do sexo feminino. As mulheres representam 62,2% do total dos beneficiários, que correspondem a 41.988 mulheres recebendo refeições. Os outros 25.523 são homens, que representam 37,8% do total. Além disso, a maioria das mulheres (69%) são responsáveis familiar, enquanto a maioria dos homens são filhos do responsável familiar (51,8%). Somente 22,7% dos homens são os responsáveis familiar e 20,6% são companheiro ou cônjuge.

Gráfico 13: Percentual de beneficiários por sexo – Cadastro Único – dezembro de 2023



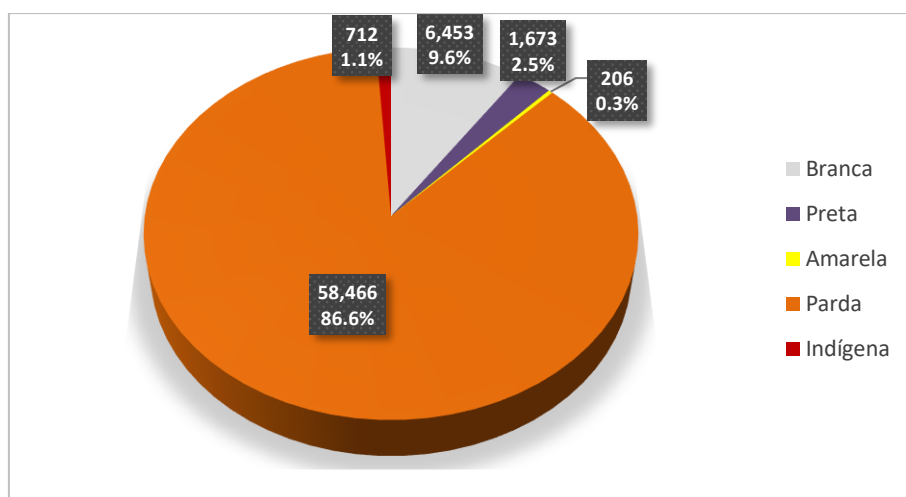
Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

Deve-se ressaltar, no entanto, que isso não significa que 69% das famílias são chefiadas por mulheres. Como dito anteriormente, essas características se referem apenas aos beneficiários identificados no Cadastro Único. Em muitos casos, o único beneficiário identificado de uma família não é o responsável familiar. Portanto, para saber quantas famílias beneficiadas são chefiadas por mulheres, deveriam ser incluídos todos os responsáveis familiares do Cadastro Único mesmo na análise, mesmo os que não estejam no banco de dados das USPRs.

No Gráfico 14, é possível observar a distribuição por raça ou cor declarada. A grande maioria (86,6%) dos beneficiários se autodeclararam pardos, seguida de 9,6% que se declararam brancos, 2,5% pretos, 1,1% indígenas e somente 0,3% amarelos. Usando a classificação comumente adotada por estudos raciais no país, somando pretos e pardos, pode-se dizer que 89,1% dos beneficiários são da raça negra.

Gráfico 14: Percentual de beneficiários por raça ou cor declarada – Cadastro Único – dezembro de 2023



Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

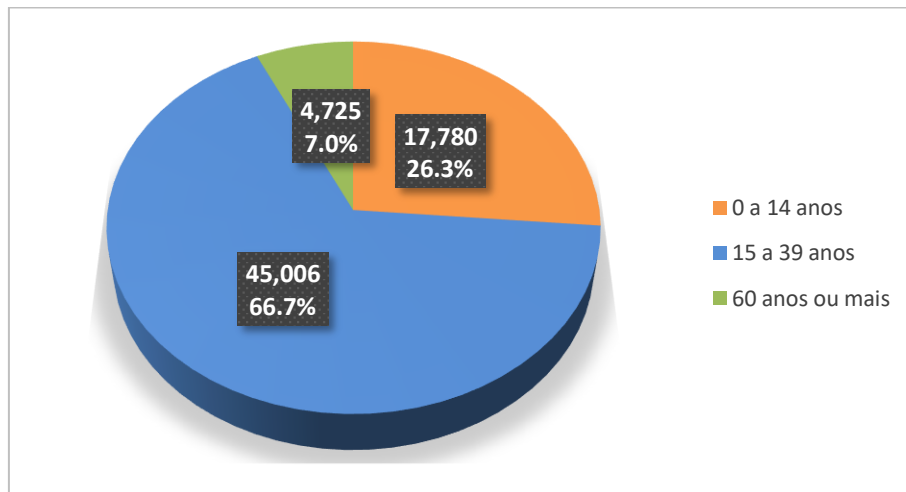
Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

O Gráfico 15, por sua vez, mostra a distribuição dos beneficiários por grupos etários. Os grupos etários tradicionalmente avaliados são as crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, a população de jovens e adultos de 15 a 59 anos e a população idosa, com idade igual ou superior a 60 anos, conforme definido no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Percebe-se que 26,4% dos beneficiários são formados por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, a grande maioria 66,7% por jovens e adultos de 15 a 59 anos e apenas 7% por pessoas de 60 anos ou mais. Conclui-se, então que a grande maioria dos beneficiários das cozinhas

são pessoas em idade ativa que devem ser atendidas também por programas voltados para a inserção no mercado de trabalho via empreendedorismo ou qualificação profissional.

Gráfico 15: Percentual de beneficiários por sexo – Cadastro Único – dezembro de 2023

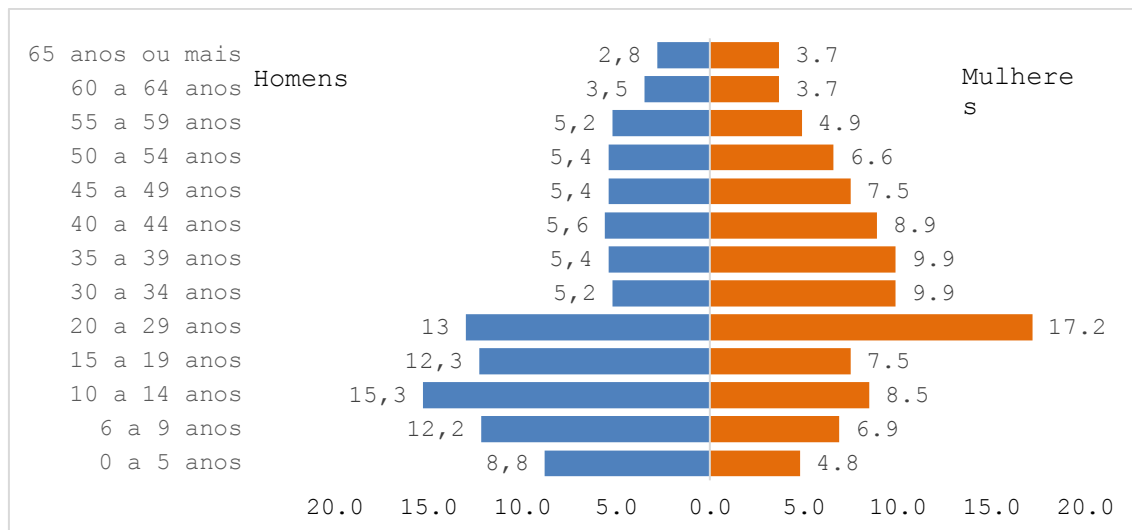


Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Nota: A data de referência para o cálculo das idades foi 31//03/2024.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

Gráfico 16: Percentual de beneficiários por sexo e faixa etária – Cadastro Único – dezembro de 2023



Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Nota: A data de referência para o cálculo das idades foi 31//03/2024.

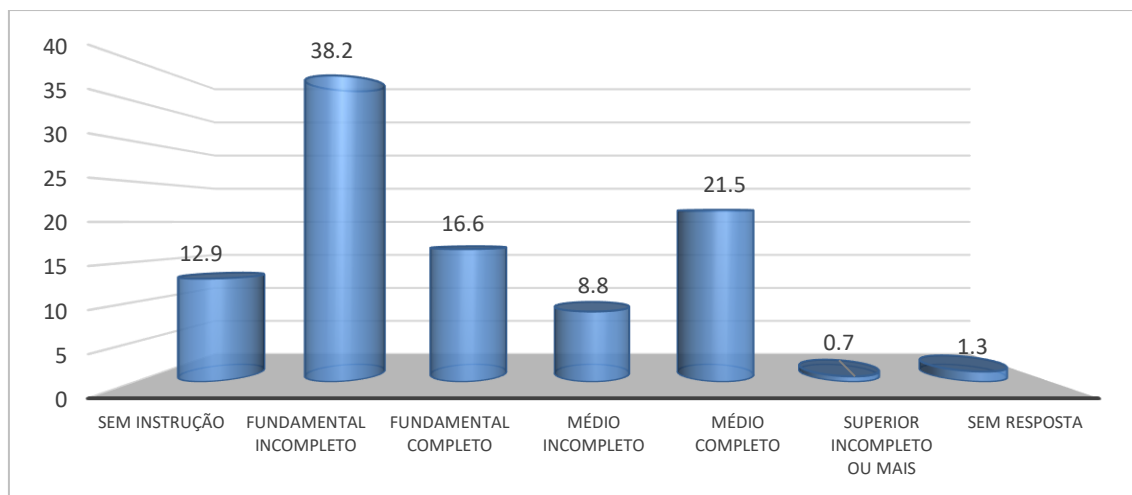
Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

Além dos grupos etários, é apresentada também a pirâmide etária no Gráfico 16, acima, que permite visualizar a distribuição conjunta entre faixa etária e sexo. É possível observar uma maior predominância de jovens de 20 a 29 anos na população adulta, sendo a maioria do sexo feminino. A maioria das crianças, por sua vez, se concentra na faixa etária de 10 a 14

anos. Em relação ao gênero, nota-se que os homens são maioria nas faixas etárias que agregam as pessoas de 0 a 19 anos, mas a mulheres passam a ser maioria a partir da faixa etária dos 20 a 29 anos.

O Gráfico 17 apresenta a distribuição por nível de escolaridade das pessoas de 18 anos ou mais de idade. A maioria (38,2%) tem ensino fundamental incompleto, 16,6% têm ensino fundamental completo, 8,8% têm ensino médio incompleto, 21,5% têm ensino médio completo e apenas 0,7% têm ensino superior incompleto ou mais. Portanto, tem-se que 22,2% concluíram a educação básica. Mas, por outro lado, 12,9% não têm instrução formal.

Gráfico 17: Percentual de beneficiários com 18 anos ou mais pelo nível de escolaridade – Cadastro Único – dezembro de 2023



Fonte: Unidades Sociais Produtoras de Refeições e Cadastro Único de dezembro de 2023.

Nota: A data de referência para o cálculo das idades foi 31//03/2024.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais – IPECE.

A elevada proporção de pessoas de 18 anos ou mais atendidas com ensino médio completo, ou até mesmo com o ensino médio incompleto, mostra que elas têm escolaridade compatível com a maioria da população ocupada no Ceará. Esse dado reforça a necessidade de qualificá-las para o mercado de trabalho. Contudo, como salientado anteriormente, não é possível identificar quantas estão ocupadas ou procurando emprego. Mas, considerando os elevados percentuais de pessoas em idade ativa e com ensino médio completo, para que elas consigam sair da condição de insegurança alimentar, é de vital importância a inserção no mercado de trabalho, seja pela via do empreendedorismo ou do emprego.

3. Considerações Finais

O presente relatório teve por finalidade apresentar a caracterização das famílias e pessoas atendidas pelas cozinhas Ceará Sem Fome. Isso só foi possível porque a maioria dos beneficiários cadastrados pelas USPRs foi identificada no Cadastro Único. Como o público-alvo das cozinhas é formado pela população de baixa renda em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, a identificação dos beneficiários no CadÚnico é uma forma de garantir a focalização dessa ação, uma vez que ele se constitui no maior banco de dados disponível sobre a população de baixa renda no país.

A partir dos dados do Cadastro Único, foi possível observar que a grande maioria (91,4%) das famílias dos beneficiários identificados estão com cadastro atualizado nos últimos 24 meses. Em relação a renda declarada, sem incluir as transferências do Bolsa Família, constatou-se que 91,9% das famílias têm renda per capita de até ½ salário mínimo. Sendo que a grande maioria (79,5%) se encontra na situação de pobreza. Esse resultado é importante porque mostra que a ação está focalizada nas famílias que mais precisam.

Dados da II VIGISAN mostraram que, no Ceará, em 2022, 65,2% dos domicílios cearenses com renda per capita de até meio salário mínimo se encontravam em insegurança alimentar moderada ou grave. Portanto, esse era o público-alvo que se pretendia atender com as refeições preparadas nas cozinhas do programa.

Além disso, verificou-se que das famílias atendidas, 80,7% recebem o Bolsa Família e somente 5,3% recebem o Cartão Ceará Sem Fome, outra ação do programa estadual voltada para famílias que, mesmo recebendo o Bolsa Família, ainda permanecem em situação de pobreza. Esse resultado era desejado considerando que as duas ações se complementam para alcançar o maior número possível de famílias em situação de insegurança alimentar.

As transferências pagas via cartão são focalizadas, por meio do Cadastro Único e do Bolsa Família, nas famílias mais pobres do Estado com crianças e adolescentes de 0 a 14 anos e com responsáveis com baixa escolaridade, enquanto para se chegar ao público-alvo das cozinhas foi realizada uma focalização nos territórios com maior incidência de pobreza, para o atendimento da população pobre em geral.

Em relação as características individuais dos beneficiários, percebe-se que a maioria (62,2%) é do sexo feminino, 89,1% se autodeclararam com pretos ou pardos e a maior parcela (66,7%) é considerada em idade ativa. A faixa etária com maior concentração de beneficiários é a de

20 a 29 anos. As mulheres são maioria nas faixas etárias que correspondem a população de 20 anos ou mais, enquanto os homens são maioria nas faixas etárias que vão de 0 a 19 anos. Por isso, a maioria das mulheres (69%) é classificada como responsável familiar, enquanto 51,8% dos homens são filhos do responsável familiar.

Considerando apenas a população de 18 anos ou mais, observa-se um percentual elevado (22,2%) dos beneficiários com ensino médio completo. Isto significa que uma parcela significativa dos beneficiários tem um nível de qualificação compatível com os níveis de exigência do mercado de trabalho local, evidenciando a necessidade de realizar ações de qualificação profissional para este público. Somente a geração de renda autônoma do trabalho é capaz de fazer com que consigam atingir um nível de rendimento familiar compatível com a saída da condição de insegurança alimentar.

Por fim, destaca-se que para se chegar a uma caracterização completa dos beneficiários é imprescindível melhorar o cadastramento realizados pelas USPRs. Ainda há 29% dos beneficiários não identificados no CadÚnico por causa de erros de preenchimento nos dados básicos, como nome, data de nascimento, NIS e CPF. É de suma importância, portanto, tentar refazer os cadastros com erros e acrescentar a data do cadastramento aos novos cadastros para que seja possível avaliar a execução da ação ao longo do tempo. Com os dados disponíveis é possível identificar quais são as USPRs com mais erros de cadastro para realizar uma força-tarefa para os recadastramentos desses beneficiários.